

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Morais</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3645/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça no dia 5.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto; e tornar sem efeito a Portaria nº 3465/2023-PGJ, de 29.6.2023, na parte que designou o Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior na referida data.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3545/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 3 a 5.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3572/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 27.4 a 4.5, 29.6 a 6.7 e 17 a 24.8.2022, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3546/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eduardo Franco Cândia para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 6 a 12.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3547/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Zona Eleitoral no período de 3 a 12.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3579/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 4.8.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3548/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 17 a 21.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcelo Ely.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3549/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnoli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 10 a 14.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3550/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3351/2023-PGJ, de 23.6.2023, que designou o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo no período de 17 a 26.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3561/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2673/2023-PGJ, de 31.5.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta “14 a 23.7.2023”, passe a constar “24.7 a 2.8.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3568/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 19.3, 1º e 2.4 e 20 e 21.5.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3569/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima 5 (cinco) dias de compensação no período de 10 a 14.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 6 a 13.7 e 14 a 21.9.2020, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3571/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 2 (dois) dias de compensação nos dias 9 e 10.10.2023, por ter coadjuvado a 50ª Zona Eleitoral nas eleições de 2022 nos dias 2 e 30.10.2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3573/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia no período de 3 a 7.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3578/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2015/2016, 2018/2019 e 2020/2021, a serem usufruídos no período de 10 a 14.7.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3580/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 3 (três) dias de compensação no período de 7 a 9.8.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 22 a 29.3 e 12 a 19.4.2021, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3581/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcelo Ely 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 17 a 24.9.2018 e 12 a 19.8.2019, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3583/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas no dia 29.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3586/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa para, com prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Sete Quedas no período de 4 a 16.7.2023; e revogar, a partir de 4.7.2023, a Portaria nº 6140/2022-PGJ, de 6.12.2022, que designou a referida Promotora de Justiça.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3587/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídos nos dias 11 e 12.9.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3588/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-408/2023-PGJ, de 17.4.2023, que concedeu férias regulamentares à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva, de forma que, onde consta: “3 a 12.7.2023”, passe a constar: “24.7 a 2.8.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3590/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-630/2023-PGJ, de 2.6.2023, que concedeu a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, de forma que, onde consta: "Período - 3 a 12.7.2023", passe a constar: "Período - 14 a 23.7.2023".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3591/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender as férias da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira concedidas por meio da Portaria nº 3452/2023-PGJ, de 29.6.2023, que seriam usufruídas no período de 17 a 26.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3592/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir do dia 3.7.2023, as férias regulamentares da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk concedidas por meio da Portaria nº e-1300/2022-PGJ, de 8.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3593/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 12 (doze) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 10 a 21.7.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3611/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Água Clara a partir de 4.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2084/2023-PGJ, de 27.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3612/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Negro a partir de 4.7.2023, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2273/2022-PGJ, de 16.5.2022, que designou a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3613/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 4.7.2023, a Portaria nº 2814/2023-PGJ, de 2.6.2023, que designou o Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Negro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3614/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, com prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Sonora no período de 4 a 16.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3615/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, com prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo no período de 4 a 16.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3616/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Porto Murtinho a partir de 3.7.2023, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3617/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem a 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	PERÍODO
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	3 a 10.7.2023 e 17 a 21.7.2023
Eduardo de Araujo Portes Guedes	11 a 16.7.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3618/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 23ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 3 a 7.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Regina Dornte Broch.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3619/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara de Execução Penal da comarca de Campo Grande no dia 3.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3647/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati a conversão em abono pecuniário de um terço das férias referentes ao período aquisitivo 2022/2023 no período de 3 a 12.7.2023, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3621/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 5.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3648/2023-PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, no dia 3.7.2023, a Portaria nº 2445/2023-PGJ, de 19.5.2023, que designou o Promotor de Justiça Douglas Oldegaro Cavalheiro dos Santos para responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3649/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai no período de 18 a 20.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3650/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Zona Eleitoral no período de 18 a 20.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3651/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu no dia 13.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3652/2023-PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo no período de 18 a 25.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3653/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral no período de 18 a 25.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3654/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Sonora no período de 1º a 15.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3655/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes no período de 1º a 15.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3656/2023-PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 26ª Zona Eleitoral no período de 1º a 15.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3589/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 25.7.2023, as férias regulamentares da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva concedidas por meio da Portaria nº e-408/2023-PGJ, de 17.4.2023, com redação dada pela Portaria nº 3588/2023-PGJ, de 4.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3556/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Aroldo José de Lima, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 3 a 22.7.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006723-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3561/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2673/2023-PGJ, de 31.5.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta “14 a 23.7.2023”, passe a constar “24.7 a 2.8.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3557/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 24.7 a 2.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006642-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3584/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 3.2.2023, do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor João Alexandre de Souza, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3563/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002840, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00006324-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3564/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002976, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006726-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3565/2023-PGJ, DE 3.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE003029, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006729-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3566/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE003011, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006731-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3567/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002979, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006732-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3585/2023-PGJ, DE 3.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE003002, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00006414-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3606/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE003045, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006725-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3607/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000262, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006735-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3640/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE003076, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006962-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3641/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000264, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00005141-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3642/2023-PGJ, DE 4.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho n° 2023NE002978, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA n° 09.2023.00006323-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3646/2023-PGJ, DE 4.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato n° 53/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA n° 09.2023.00003322-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3663/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato n° 48/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei n° 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Murilo Rolim Neto, Técnico II; 3.1) Suplente – Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 4) Fiscal Setorial – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 4.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II (PGA n° 09.2023.00003677-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3664/2023-PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 43/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00003415-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3665/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000265, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00006842-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3666/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000267, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00006970-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3669/2023-PGJ, DE 5.7.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 51/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Emerval Carmona Gomes, Analista; 1.1) Suplente – Hermes Alencar de Lima, Técnico I; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Cleber do Nascimento Gimenez, Auxiliar; 3.1) Suplente – Josiane Sanches de Mamann Zillo, Técnica II (PGA nº 09.2023.00003633-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3670/2023-PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000266, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00006966-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-738/2023/PGJ, DE 21.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Maurício Mecelis Cabral, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-739/2023/PGJ, DE 21.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-758/2023/PGJ, DE 23.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Tiago Di Giulio Freire, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2016/2017	5	10 a 14.7.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-760/2023/PGJ, DE 23.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Janaina Scopel Bonatto, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-826/2023/PGJ, DE 5.7.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-666/2023-PGJ, de 7.6.2023, que concedeu a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston, de forma que, onde consta: "Período - 10 a 19.7.2023", passe a constar: "Período - 3 a 12.7.2023".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-830/2023/PGJ, DE 6.7.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Carolina Pontes Andreussi, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.10 a 1º.11.2023 e de 13 a 22.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-831/2023/PGJ, DE 6.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Anderson Miranda, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 23.10 a 1º.11.2023 e de 18 a 27.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-832/2023/PGJ, DE 6.7.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Alexandra Secco de Almeida Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 27.1.2024 e de 14 a 23.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 13ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 17 DE JULHO DE 2023.

1. Expedientes:

1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003445-0.

2. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003739-5.

3. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004373-7.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009053-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012461-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004368-2.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003588-5.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001774-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006879-5.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011943-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007261-1.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005596-0:

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000065-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001019-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001613-3.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001883-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000148-4.

**67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000219-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000968-7.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001353-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001377-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001391-4.

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000811-5.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001062-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001160-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000247-0.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000259-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000059-7.

1.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006822-2:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00001385-7.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001911-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002976-8.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003000-9.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001325-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000819-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001593-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000567-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001907-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001165-0.

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000067-4.
Inquérito Civil nº 06.2020.00000721-2.
Inquérito Civil nº 06.2020.00001232-6.
Inquérito Civil nº 06.2020.00001383-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000675-7.
Inquérito Civil nº 06.2022.00000488-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000706-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001048-3.
Inquérito Civil nº 06.2022.00000283-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001364-7.
Inquérito Civil nº 06.2022.00000467-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000166-6.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande

Inquérito Civil nº 06.2021.00000220-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000322-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000348-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim

Inquérito Civil nº 06.2022.00000309-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000450-1.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000510-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000132-0.

1.2.3. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006819-9:****Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001320-6.
Inquérito Civil nº 06.2022.00000215-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000359-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001831-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000002-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001246-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000395-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000947-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000466-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000676-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000979-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000078-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000149-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001190-5.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000413-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000109-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000248-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000347-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001220-8.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001240-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000460-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000462-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000511-1.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000020-9.

43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000261-8.

1.2.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00005594-9:****Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000459-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000150-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000350-2.

**11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001753-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002418-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000394-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000178-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000775-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000802-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000993-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001006-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001092-8.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001336-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001344-7.

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001201-9.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001310-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000157-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000198-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000291-4.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006820-0:**11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2015.00000276-7.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000163-0.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001627-0.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001736-8.

**67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001910-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002974-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003111-9.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001160-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000038-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001633-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000264-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000342-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001915-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001175-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000337-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001486-8.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000399-3.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000452-6.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001252-6.

17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001287-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000235-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000368-6.

5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000080-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000253-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000156-3.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000157-4.

**29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000211-8.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000292-9.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000296-2.

1.2.5. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.0000.6818-8:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002646-0.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000033-0.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001612-2.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001072-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000415-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000179-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000246-1.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000392-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000632-4.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000251-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000459-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000653-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000301-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000487-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000896-6.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000992-1.

50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000985-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001350-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000994-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001113-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001215-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000216-5.

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000219-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000284-7.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000632-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000043-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000306-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000451-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000512-2.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000209-5.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000295-1.

1.2.6. CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006826-6:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2015.0000062-5.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2016.0000604-5.

Inquérito Civil nº 06.2018.0000850-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Inquérito Civil nº 06.2018.0000858-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001178-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001308-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000729-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000072-3.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.0000078-5.

Inquérito Civil nº 06.2020.0000174-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2020.0000674-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000799-0.

**67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001147-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001349-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000246-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000247-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000335-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000409-0.

5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000083-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000250-3.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000453-4.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.0000281-8.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.0000291-8.

1.3. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrado na fase judicial, submetido à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000604-5 – SIGILOS

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Advogado: Maurício Nogueira Rasslan – OAB/MS nº 6.921.

Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000104-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Nelcira de Lima Crespo, Nilson Brongnoli, William Flores de Lima e Edith Vieira de Lima

Assunto: Investigar a regularidade jurídico-ambiental de propriedade rural relativamente à instituição de área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente, bem como possível desmatamento de 2,06 ha, sendo 1,27 de área integrante do Bioma Mata Atlântica, em Ponta Porã

Advogado: Rodrigo Otano Simões – OAB/MS nº 7.993.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001654-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Raimundo Aguiar Ribeiro Júnior - Fazenda Ibicuí

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ibicuí de propriedade de Raimundo Aguiar Ribeiro Júnior e outra, às margens do Rio Apa.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000775-6**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Concessionária Águas Guariroba S.A.

Assunto: Apurar a adequação ambiental e a estabilidade da barragem de água “Barragem Guariroba”, bem como eventual necessidade de adoção de medidas preventivas, mitigadoras, reparatórias e/ou compensatórias.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000253-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Condomínio Fortaleza

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural Fazenda “Condomínio Fortaleza”, matrícula nº 14.787, com área de 2.042,4814 hectares, de propriedade de Tatiana Maria Ocampos, Lea Rejane Ocampos, José Alexander Ocampos e Leo Tales Fretes Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000980-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: Roberto Maluf Júnior

Assunto: Apurar irregularidade ambiental consistente no desmatamento da mata ciliar do córrego Vilas Boas, dentro do lote nº 175, no Bairro Maria do Rosário, praticado por Roberto Maluf Júnior.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000999-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estabelecimento Comercial “AQUARIUS DANCE” MEI

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de poluição sonora gerada pelo estabelecimento comercial “Aquarius Dance”, situado no Município de Sonora/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000003-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ademar Dalbosco e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na concessão de diárias excessivas à Secretária Municipal de Educação de Laguna Carapã, notadamente no que se refere à sua participação no 9º Fórum Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000053-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Yuri César Novais Magalhães Lopes - Fazenda Querência do Sul

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Querência do Sul em Bela Vista/MS, sendo desmatamento de 1,47 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, conforme Parecer n. 98/22/NUGEO bem como Relatório n. 023/2GPMA/BPMA/2022.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003573-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Associação da Terceira Idade de Cassilândia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas na Associação da Terceira Idade de Cassilândia.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001390-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque



Assunto: Apurar a ocorrência de eventual dano ao erário decorrente de possíveis irregularidades na utilização de verbas públicas oriundas dos Convênios nº 18727/11-58/11 (academia ao ar livre), 18730/11/74/11 (academia ao ar livre), 18751/11-59/11 (academia ao ar livre), 19871/12-140/12 (aquisição de van) e 19781/12-36/12 (aquisição de veículo fiat uno), pelo Município de Nioaque.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000561-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luiz Gustavo Miranda Lopes e Adecoagro Vale do Ivinhema S/A

Assunto: Apurar as condições jurídico-ambientais na propriedade da Requerida, constatada durante a execução do Projeto SOS Rios – Córrego Engano.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000988-0

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Onorina Oliveira de Senna, Mareli Agropecuária e Construção Civil Ltda.

Assunto: Apurar o desmatamento possivelmente irregular constatado no imóvel rural denominado Fazenda Retiro Serrilha – Gleba 03 (parte 1 e 2), mediante o Laudo Técnico n. 108/21/Nugeo, referente ao Programa DNA Ambiental.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001139-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Boa Sorte e Fartura (Valdir da Silva Machado)

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 1,12 hectares de vegetação nativa, sendo esta localizada em área proposta para Reserva Legal, bem como, desmatamento 7 hectares de vegetação nativa fora de APP e RL, desmatamentos ocorridos na Fazenda Boa Sorte e Fartura, em Caracol/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 334/19 e 85/21/NUGEO.

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000114-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Beatriz Miranda Cortada de Gouvea

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de vegetação nativa em uma área de 0,80 ha da propriedade rural denominada "Fazenda Anhumas", CAR nº 76.902, ocorridas possivelmente entre 16/12/2019 e 12/06/2021.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000377-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Helcio Kamano ME

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de operação de atividade de extração de minerais não metálicos em desacordo com a licença ambiental.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001424-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as condições de dois imóveis nesta Comarca de Sidrolândia/MS (constante de documentação acostada nos autos da NF 01.2022.00004892-2), em que há depósito irregular de materiais, o que pode vir a ocasionar proliferação de vetores e violação à legislação municipal pertinente.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001782-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar omissão dos órgãos públicos (SAAE, SANESUL, Secretaria de Obras de Bela Vista, etc.) quanto ao recorrente vazamento de esgoto em vias públicas em Bela Vista/MS.

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001090-3 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001911-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o desmatamento de 10,66 hectares em área de Mata Atlântica, na “Fazenda Bonança II”, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 99/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000399-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauriti Mendes do Nascimento

Assunto: Apurar desmatamento de 45,51 hectares em área de pastagem nativa, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida "C", localizada neste Município, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 641/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves – OAB/MS nº 13.137.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000338-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Batista Pereira de Rezende

Assunto: Apurar a supressão de 20,19 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Recanto - Região do Rio do Peixe, em Pedro Gomes-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 543/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000550-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa, praticados, em tese, pelo ex-prefeito de Fátima do Sul, Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior e outros, consistentes no recebimento indevido de diárias para aquisição de 02 (dois) caminhões usados com compactadores de lixo, bem como possíveis irregularidades no procedimento licitatório para aquisição destes veículos.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001516-7

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar adequação das ambulâncias quanto aos requisitos mínimos para o transporte de enfermos e irregularidades no Hospital e Maternidade Municipal.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001567-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Dominguez do Amaral

Assunto: Apurar dano ambiental causado no Lote Urbano n. 202 de propriedade do Sr. Eduardo Dominguez do Amaral, às margens do Rio Apa.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000632-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho



Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: JH Administração e Participações LTDA.

Assunto: Apurar desmatamento de 10,50 hectares em área de Tensão Ecológica ou Contatos Florísticos – Ecótono - Savana/Savana Estépica Arborizada, na Fazenda Chatelodo - Área Desmembrada, conforme Parecer nº 171/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000665-7 – SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000772-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: José Eduardo Lopes Fontanelli e Karina Gaspechacka de Rezende Fontanelli

Assunto: Apurar desmatamento de 1,64 hectares em área de Savana (cerrado), na Fazenda São José da Conquista, em Aquidauana/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 104/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2019).

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001388-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de professores pelo Município de Nioaque, haja vista vínculo de parentesco com outro ocupante de cargo comissionado/função de confiança.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000465-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Alessandro Dantas de Matos

Requerida: Granha Ligas LTDA.

Assunto: Mitigar o passivo ambiental e prejuízos à saúde e ao patrimônio dos moradores adjacentes causados pelas atividades da empresa Granha Ligas, situada no município de Corumbá/MS, no que diz respeito à emissão de partículas em suspensão (pó de coloração escura).

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000019-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ambiental MS Pantanal SPE S.A.

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente do descarte irregular de esgoto no Córrego da Onça, nesta urbe.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000174-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fazenda Tamanduá Desmembrada

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Tamanduá Desmembrada em Bela Vista/MS, sendo desmatamento de 39,08 hectares de vegetação nativa, conforme Relatório n. 43/2GPMS/BPMA/2022.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000338-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Vicente Gomes da Silva

Assunto: Ofício nº 2051/AMB/GAB/IMASUL/2022, Processo NUP nº 71/042182/2022, auto de infração nº 8661/2021, Laudo de Constatação nº 11456/2021 e Notificação nº 4875/2021, noticiando a autuação de Vicente Gomes da Silva, pela ocorrência de incêndio em uma área de 2.600 hectares no interior do imóvel rural “Fazenda Cáceres”, Coordenadas - 56,97/-19,04, no dia 01/11/2021, por volta das 12h00min, sem autorização do órgão ambiental competente em desacordo com a obtida.

**10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001645-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridas: Fazenda Panorama e Suinã Agricultura Ltda.

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Panorama de propriedade de Suinã Agricultura Ltda, às margens do Rio Apa.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000330-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio César de Souza

Assunto: Apurar irregularidades encontradas na Auditoria nº 26/2014, referente ao ano de 2013, na Prefeitura Municipal de Paranhos, gestão do Ex-Prefeito Júlio César de Souza.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001222-5**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Hudson Barbosa Romera de Souza

Assunto: Apurar possível irregularidade no parcelamento do solo referente ao loteamento Sitiocas Alvorada, em Dourados/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000225-4

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade na instalação de estação de ônibus em discordância com a legislação urbanística vigente.

3. Inquérito Civil de nº 06.2021.00001038-7

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei Municipal 1.268/96 que, ao disponibilizar área para a edificação da FUNDAÇÃO LOWTONS DE EDUCAÇÃO E CULTURA FUNLEC, obrigou-se em seu art. 3º a conceder 20 bolsas de estudo a alunos carentes, por critérios públicos, estabelecidos em normas editadas pelo Poder Executivo de Três Lagoas/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000179-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: David Stefanello Neto e Roque Tarcisio Girardelo Stefanello

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal em 4,47 hectares em área de Mata Atlântica e Remanescente de Vegetação Nativa, de acordo com o Auto de Infração e Multa n.º 2.854 e Laudo Técnico n.º 175/21/Nugeo referente a Etapa 02 Março e Abril de 2021 do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa, na Fazenda Celeiro, na Comarca de Sidrolândia/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000219-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Suzano S.A.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Área de Preservação Permanente da Fazenda Ana Rosa, em Água Clara-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000328-0**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Brilhante/MS

Assunto: Apurar a deficiência no atendimento de pessoas com transtornos mentais graves e usuários de drogas, diante da inexistência de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I).

7. Inquérito Civil de nº 06.2018.00001305-4

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Braz Genelhu Melo e outros

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em decorrência de irregularidades relacionadas à gestão e aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), no município de Dourados/MS, no lapso temporal compreendido entre 1997 e 2000.

8. Inquérito Civil de nº 06.2017.00002376-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS

Assunto: Apurar suposto superfaturamento no pagamento de Transporte Escolar em Bela Vista no ano de 2015.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00008478-4**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: Flavio Alves da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Colher informações acerca dos relatos de perturbação ao sossego, som alto e dano ao patrimônio ocorrido em 13 de novembro de 2022, das 7h às 12h pela prática esportiva ocorrida no campo de futebol do bairro Tiradentes, evento realizado pela Escolinha Bola de Ouro.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001223-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Ambrosio Dias e Zenira Serrou Bonfim Nishihira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental consistente na supressão vegetal de origem nativa em oito hectares, na propriedade denominada Fazenda Bonfim, localizada no município de Camapuã, de propriedade de Zenira Serrou Bonfim Nishihira, arrendada por Ambrosio Dias.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001215-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na utilização do FUNDEB pela Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003173-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, provocado por erosão localizada na Olaria São João, nas proximidades do Córrego São João, de propriedade de “Irani”, no município de Angélica/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000248-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fazenda Obok



Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Obok, matrícula nº 15.532, com área de 317,7488 hectares, de propriedade de Obok Incorporadora Ltda., abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000084-9 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001590-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Gustavo Antônio Saad Emery

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais detectadas pelo procedimento NUP 71/038832/2022 do IMASUL na Fazenda Novo Horizonte, consistentes em: a) queima de coivaras em áreas não acobertadas pela autorização ambiental; b) dano de 0,430 hectare em APP e em área proposta para a constituição de reserva legal; c) criação de bovinos em área de APP; d) corte de árvores nativas isoladas sem autorização ambiental.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000091-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar possíveis irregularidades diante da rejeição das contas no exercício 2015, do ex-Prefeito de Paranhos/MS, Júlio César de Souza.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000284-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Laís Amorim de Barros

Assunto: Apurar as circunstâncias do incêndio em 160,6046 hectares, no interior do imóvel rural “Fazenda Espírito Santo”, entre 27/07/2022 e 25/08/2022, pertencente a Laís Amorim de Barros, em desacordo com a Portaria IMASUL nº 1.101/2022, que suspendeu as autorizações ambientais de “Queima Controlada” entre o período de 03/07/2022 a 31/12/2022.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001768-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Hospital Rita Antônia Maciel Godoy

Assunto: Apurar irregularidades no Hospital Rita Antônia Maciel Godoy, na cidade de Caracol Originalmente apurado nos autos do IC 06/2013.

11. Inquérito Civil nº 06.2020.00000895-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Paulo Roberto Arnal Bonini

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da exploração de madeira nativa em área de reserva legal, sem autorização legal, no imóvel denominado Fazenda Vale do Formoso, de propriedade de Paulo Roberto Arnal Bonini, localizado no município de Figueirão.

Advogado: Orlando Rodrigues Junior – OAB/MS nº 9.255.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000920-7 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000043-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000654-6**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESAU

Assunto: Apurar supostas irregularidades sobre a demanda por pacientes que aguardam nas UPAs e CRSs, para encaminhamento a leitos de urgência e/ou de acolhimento noturno nos Centros de Atenção Psicossocial-CAPS desta capital.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001146-0

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar o possível aumento/acúmulo de demanda e tempo de espera pelo exame de Tomografia Computadorizada na Macrorregião de Saúde de Três Lagoas/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000240-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Ferreira Borges

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 31,10 hectares, sem autorização da autoridade ambiental competente, fato ocorrido na Chácara São João, localizada neste Município.

Advogada: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000455-2 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000163-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemar Perez - Fazenda Boa Vista

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Boa Vista em Bela Vista/MS, sendo desmatamento de 0,33 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, conforme Parecer n. 88/22/Nugeo, bem como Relatório n. 029/2GPMA/BPMA/2022.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000540-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental em área declarada de utilidade pública, situada na borda do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, cuja concessão pertencente à Companhia Energética de São Paulo.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001292-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juliano Mendonça Alves

Assunto: Apurar suposta pesca irregular de peixes da espécie pacu, praticada pela pessoa de Juliano Mendonça Alves.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000745-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

Requeridos: Nelson Arruda Fialho e Werlaine Fatima Basso Fialho

Assunto: Apurar o desmatamento ilegal de 1,26 hectares de vegetação nativa, em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Recanto da Dourada, em Aquidauana/MS, constatados pelo Parecer Nugeo nº 102/20.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000559-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adecoagro Vale do Ivinhema S/A e Luis Gustavo Miranda Lopes

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da ausência de 218,17 hectares para a composição de Reserva Legal e de 156,37 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas também delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs), além de 27,21 hectares ausentes de vegetação arbórea densa nas áreas de preservação permanente, na Fazenda Dom Fabrício, em Angélica/MS, conforme conclusão do Parecer n. 008/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001375-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao Caoma

Requeridos: Eugênio César Peron Coelho e 3 Irmãos Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar desmatamento irregular de 8,09 ha no imóvel rural denominado Fazenda Fabrina, de propriedade de Valdir Fancelli, localizado em Aquidauana/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000943-0 – SIGILOSO

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000196-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerido: Metropolitam Participações em Sociedade Ltda

Assunto: Apurar a supressão de 14,842 hectares em área de vegetação nativa, na fazenda Paraíso do Coxim, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 011673/2022.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000387-9

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Wislaine Aparecida da Silva, Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Fátima do Sul/MS

Assunto: Apurar eventual inobservância de urbanismo e omissão por parte do Município de Fátima do Sul/MS, junto aos moradores da Rua Projetada 1-A (via sem saída), esquina com a Rua Antonio Celestino de Carvalho, atrás do "Lago do Amor", por obstrução e ausência de abertura de rua, ocasionando inundações e transtornos à população.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000885-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Caracol/MS

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa do Prefeito de Caracol, consistente em superfaturamento em licitação.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001099-8 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000656-5

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade referente à aquisição de 144 aparelhos de ar-condicionado e à Carta Convite nº 07/2021.



4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000103-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio César de Souza

Assunto: Investigar possíveis irregularidades diante da rejeição das contas do exercício 2016 do ex-Prefeito de Paranhos/MS, Júlio César de Souza.

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL N.º 003/2023 IPSE-MPMS

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL torna público o **RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA O PEDIDO DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO** do I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul, conforme disposição abaixo:

1. DO RESULTADO DOS RECURSOS

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO
885379	JOÃO AUGUSTO RIBEIRO DOS SANTOS	DIREITO - GRADUAÇÃO - (COMARCA: DOURADOS)	INDEFERIDO
887741	KENIA GRAZIELLA RAMIRES DA SILVA	DIREITO - RESIDÊNCIA JURÍDICA - (COMARCA: CAMPO GRANDE)	INDEFERIDO
888549	LEONARDO CARLOS ROCHA	ADMINISTRAÇÃO - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO - (COMARCA: CAMPO GRANDE)	INDEFERIDO
889307	LEONARDO HENRIQUE DA SILVA	DIREITO - RESIDÊNCIA JURÍDICA - (COMARCA: CAMPO GRANDE)	INDEFERIDO
887672	NÁTHALI VASCONCELOS HERNANDES	DIREITO - RESIDÊNCIA JURÍDICA - (COMARCA: TRÊS LAGOAS)	DEFERIDO
885135	PAULA CAVALCANTI FREIRE GASPARINI	CIÊNCIAS CONTÁBEIS - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - (COMARCA: CAMPO GRANDE)	INDEFERIDO

Campo Grande/MS, 06 de julho de 2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Vice-Presidente da Comissão do Processo Seletivo

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 34/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00004729-3

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Escola Estadual Professor Alcício Araújo de Dourados-MS, representado por seu Diretor, Marcos Falco de Lima

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 3 de julho de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Notebook	5
TOTAL DE ITENS		5

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 46/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00005490-6

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissário: Euclídes Damiani Pedrinola.

Objeto: Fiscalizar as obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta referentes ao imóvel rural denominado Fazenda Paraíso.

Campo Grande, 05 de Julho de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmado nos autos do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00005490-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, tendo como compromissário Euclídes Damiani Pedrinola, proprietário da Fazenda Paraíso.

Objeto do TAC: à título de indenização pela supressão de aproximadamente 0,96 ha. De vegetação nativa, sem a devida autorização ambiental, obriga-se a doar a soma de R\$1.000,00 (hum mil reais) à ARCP – Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Guariroba, visando financiamento de atividades que fomentem a preservação e recuperação da APA Guariroba.

Campo Grande, 05 de Julho de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.
Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 0018/2023/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000030-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Objeto(s): Apurar possível lesão ao direito ao meio ambiente pela não previsão de medidas que visem prevenir atropelamento de animais silvestres na rodovia MS 010.

Campo Grande, 05 de julho de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2023/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000115-2

Requerente: Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul

Objeto(s): Apurar eventual desconformidade do sistema do IMASUL relativo ao licenciamento ou autorização ambiental de desmatamento com a lei de acesso à informação.

Campo Grande, 05 de julho de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0020/2023/34PJ/CGR**

A 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000117-4

Requerente: Condomínio Edifício Centenário, Jose Aquiles Kloeckner

Requerido: A Apurar

Objeto(s): Apurar eventual poluição sonora e perturbação de sossego causado por eventos realizados na praça do Rádio, com descumprimento das regras normativas pertinentes.

Campo Grande, 06 de julho de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0021/2023/34PJ/CGR

A 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000332-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul

Objeto(s): Apurar eventual omissão de dados de monitoramento de detecção de metais na rede de monitoramento de qualidade de água.

Campo Grande, 06 de julho de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0032/2023/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00006030-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Enoir Canepa Penajo

Assunto: Fiscalizar e acompanhar as obrigações pactuadas em Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Enoir Cânepa Penajo e o MPMS, no bojo do inquérito civil n. 06.2021.00000905-8.

Bonito – MS, 31 de maio de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça



MIRANDA

EDITAL N° 020/2023

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2023.00000108-5, firmado em prol do meio ambiente, na data de 22.05.2023, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário Jorge da Silva Lima, brasileiro, divorciado, portador do RG n.º 780043 SSP/MS, inscrito no CPF n.º 582.781.921-20, residente e domiciliado na Rua Venâncio de Freitas Pedrosa, nº 57, Centro, em Bodoquena-MS. Objeto do TAC: O compromissário compromete-se a encaminhar para esta Promotoria de Justiça do Meio Ambiente comprovante de que o imóvel rural em referência está inscrito junto ao CAR - Cadastro Ambiental Rural e a efetuar o plantio de 10 (dez) mudas de árvores, dentro da Área de Preservação Permanente objeto dos Autos de Infração nº 5142 e 5143.

Miranda/MS, 05 de julho de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

EDITAL N° 021/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro - CEP: 79380- 000, Miranda/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000593-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Caldeira Barbosa Agropecuária LTDA, Rafael Costa Mariano, Afílio Gustavo Blanco Barbosa.

Assunto: “Apurar o desmatamento de 1,82 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Bocaína, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente Laudo Técnico n. 281/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Miranda/MS, 05 de julho de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL N° 0005/2023/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000677-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo, Cláudia Alves Gomes, João Alfredo Danieze

Assunto: apurar possíveis ilegalidades dos gastos públicos para realização do evento Ribas Folia 2023, mormente, no tocante a suposto sobrepreço na contratação da Artista Lia Mayo e Banda.

Ribas do Rio Pardo, 28 de junho de 2023.

GEORGE ZAROOUR CEZAR
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2023/01PJ/RRP**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000700-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar eventuais ilegalidades decorrentes de supostos favorecimentos no pagamento de determinados Profissionais Médicos em detrimento de outros contratados pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

Ribas do Rio Pardo, 06 de julho de 2023.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça